

Senhoras e senhores.

Bom dia.

É com renovada emoção que, a cada dois anos, os membros do Tribunal de Justiça da Bahia se fazem presentes no Salão Nobre deste majestoso Edifício, para, em sessão especial, dar posse aos integrantes da sua nova Mesa Diretora.

Idêntica em quase tudo a outras tantas solenidades da mesma natureza, delas se diferencia não apenas pelo ambiente em que se realiza, mas, sobretudo, pelo simbolismo do ato que antecede a transmissão mesma do cargo.

A cerimônia aos pés da Cripta de Rui Barbosa, onde repousam os restos mortais do ilustre baiano, não se reduz a uma simples homenagem a que a tradição nos obrigaria.

Jornalista, Advogado, Parlamentar, Político, a vida de Rui se entrelaça com a própria história da justiça, não tendo sido poucas as vezes que o incansável tribuno bateu às portas do Supremo Tribunal Federal em defesa das liberdades individuais e da ordem jurídica, ameaçadas, de tempos em tempos, pela insensatez e pelo desvario dos detentores do poder.

A propósito da sua vida multifacetada e do legado que deixou para as novas gerações, João Mangabeira, seu mais fiel discípulo, em Conferência proferida no ano de 1943, pontuou:

“Não é o Ruy jurista, escritor, filólogo, orador ou estadista que atua nas gerações novas. Não é este o Ruy que está presente. É o Ruy que escreveu nas almas o amor ao DIREITO, à DEMOCRACIA, à JUSTIÇA e à LIBERDADE”.

Dito isso, já se pode aquilatar a dimensão do que representa em nosso espírito a visita ao seu mausoléu, ato que constitui, por si só, implícito compromisso com os ideais professados, há mais de um século, pelo insigne baiano.

Ao assumir, pois, no dia de hoje, o honroso cargo de Presidente deste Tribunal de Justiça da Bahia - o mais antigo das Américas -, tenho plena consciência da responsabilidade que doravante passa a recair sobre meus ombros.

É nosso propósito dar continuidade a tarefa iniciada na gestão que ora se encerra, no sentido de resgatar a credibilidade deste Tribunal cuja imagem - é doloroso admitir - restou profundamente abalada com os acontecimentos descortinados, no ano de 2019, pela denominada “Operação Faroeste”, que recebeu da mídia ampla divulgação nacional.

Prezo aos céus que jamais, em tempo algum, recaia sobre nós a desilusão referida por **Hannah Arendt**, quando *“os melhores perdem a esperança e os piores perdem o temor”*.

Embora ainda abalado com essa tragédia moral, pouco a pouco se vai restabelecendo o conceito que essa Corte sempre ostentou entre os Tribunais do País, onde pontificaram Magistrados do estofado de PEDRO RIBEIRO, ADALÍCIO NOGUEIRA, CLÓVIS LEONE, ADERBAL GONÇALVES, RENATO MESQUITA, PONDÉ SOBRINHO, VIANA DE CASTRO, LEITÃO GUERRA, CÍCERO BRITO, JATAHY FONSECA, MÁRIO ALBIANI e tantos outros nomes, alguns bem mais recentes, mas que a exiguidade do tempo, lamentavelmente, não nos permite a todos referir.

Não se cuida aqui de prodigalizar elogios a personalidades individuais. A evocação a esses grandes nomes - alguns dos quais sequer conheci pessoalmente - tem por objetivo reavivar, na memória de todos, a tradição desta Corte em contar com Juízes que sempre souberam encarnar as mais caras virtudes da Magistratura.

Já se disse, tantas e tantas vezes, que o Judiciário é um poder inerme, desprovido de armas. Sua força, sua autoridade, dimana da integridade dos seus representantes, construída na tradição romana do *“auctoritas dare”*, - no dar o exemplo.

Padre Vieira, no Sermão Da Terceira Domingo do Advento, advertia que o homem não é o que diz que ele é, mas o que consta na matrícula de suas ações, ou seja, no exemplo e na práxis:

“Cada um é as suas ações, e não é outra coisa. O que fazeis, isso sois, nada mais.”

É do próprio Rui, que tanto transmitiu farta e qualificada doutrina, a inscrição posta na superfície marmórea do átrio deste majestoso Fórum:

“Ensinei, com a doutrina e com o exemplo, mas ainda mais com o exemplo que com a doutrina...”

É no cultivo de atributos como a independência e a honradez que o magistrado granjeia o respeito e a admiração da sociedade a que deve servir.

Daí a necessidade de homenagear a liturgia do cargo, circunstância bem traduzida pelas palavras de Campbell, Juiz da Suprema Corte Americana:

“Quando o juiz adentra no recinto de um tribunal e todos se levantam, não estão se levantando para o indivíduo, mas para a toga que ele veste, para o papel que ele vai desempenhar”. (O Juiz e a emoção, p. 35).

Ainda acerca da simbologia das nossas vestes, em discurso proferido no ano de 1926, por ocasião da investidura de Herculano de Freitas no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, o Deputado baiano, João Mangabeira, saudou o empossado com a seguinte advertência:

“[...] notai, a toga que vos oferecemos não tem o azul das alegrias, o verde da esperança ou o vermelho do triunfo, mas o negro da abnegação e da renúncia, do devotamento e do sacrifício”.

Todos nós, daqui, sabemos que a atividade jurisdicional impõe ao julgador um regime de quase clausura, indispensável à reflexão e ao exame cuidadoso do direito controvertido nos autos.

Não obstante as dificuldades, mantenho firme e inabalável a esperança de que dias melhores ainda virão para o Poder Judiciário.

Nessa quadra da vida nacional em que a globalização rompe fronteiras e

ideologias, com inegáveis reflexos nas relações sociais, o papel do Judiciário ganha ainda maior relevo e importância como moderador de conflitos, fazendo crescer a responsabilidade do magistrado no cumprimento e na aplicação da lei.

Do Juiz se exigem atributos que vão muito além do conhecimento do Direito. Sua pessoa há de ser, também, dotada de equilíbrio, bom senso e, sobretudo, valores éticos, para que somente se curve diante do mandamento da lei e da sua consciência retilínea.

Equiparada por muitos a um verdadeiro sacerdócio, essa missão vem se tornando, entretanto, cada vez mais árdua e espinhosa.

Ninguém desconhece a crise que atinge o Poder Judiciário no Brasil - desde as instâncias ordinárias aos seus mais altos escalões -, assoberbado com o crescimento exponencial do número de processos, o que implica morosidade dos julgamentos, notadamente nos órgãos colegiados.

Mas seja em órgão colegiado, seja em órgão monocrático, “o cidadão acredita na justiça e quer acesso, mas também quer saída, no desejo de prestação jurisdicional segura e rápida.”, como afirma o jurista Roberto Rosas.

É bem verdade que a solução para a morosidade na entrega da prestação jurisdicional não depende exclusivamente do Poder Judiciário. Não raras vezes, essa agilidade, pela qual anseiam juízes e jurisdicionados, passa pela necessidade de alterações legislativas e de recursos financeiros suficientes que possibilitem o aumento do número de Magistrados e Servidores.

Nem por isso haveremos de desanimar. Se os desafios e os obstáculos são imensos - e realmente são -, bem maior haverá de ser a vontade de superá-los.

No que estiver ao nosso alcance, tudo há de ser feito para que venha a ser implantado, o quanto antes, no âmbito deste Tribunal de Justiça da Bahia, seu Órgão Especial, cujo projeto já se encontra em tramitação na Comissão de Reforma e Regimento Interno, para posterior deliberação pelo Plenário desta Corte.

Essa é uma providência que se afigura urgente e inadiável. Uma vez implementada, creio que poderá contribuir, de forma significativa, para desafogar a pauta de matérias importantes ainda afetas ao plexo de competências do Tribunal Pleno, hoje reconhecidamente sobrecarregado de atribuições, se constituindo, no maior colegiado jurisdicional do País e, talvez, do mundo ocidental.

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Daí, desejoso de dar meu modesto contributo para o aperfeiçoamento da Instituição a que tenho a honra de pertencer, ousei submeter meu nome à apreciação dos ilustres pares, os quais, em gesto de inequívoca generosidade, me escolheram para exercer a Presidência deste Tribunal de Justiça da Bahia, durante o biênio 2022/2023.

Naquela ocasião, apresentei as razões que motivaram minha iniciativa. Recordei haver ingressado nesta Corte, como Desembargador, no ano de 2010, em vaga reservada ao quinto constitucional da advocacia, classe que tive o orgulho de pertencer por mais de trinta anos.

Minha história de lutas em favor da magistratura data, entretanto, de tempos bem mais recuados, quando tive a honra de atuar como advogado da Associação dos Magistrados da Bahia – AMAB –, promovendo ações judiciais e medidas administrativas no interesse da categoria e na defesa de seus direitos.

Vivenciei, portanto, desde aquela época, as inquietudes e as necessidades da magistratura baiana, pugnando, na mesma trincheira, não só por dever de ofício, como também por imperativo de consciência, clamando pelo reconhecimento judicial e administrativo dos seus direitos. Algum tempo depois, tornei-me um dos seus.

Nessa condição, passei a experimentar e sentir - já agora na própria carne - suas necessidades e inquietações. De fato, se as vicissitudes não são poucas na segunda instância, no primeiro grau se apresentam ainda mais numerosas, especialmente no que tange as deficiências de infraestrutura, instalações, pessoal de apoio e tecnologia.

É nossa intenção priorizar aquelas áreas de importância estratégica,

mormente o setor de informática, em busca da agilidade e da melhoria da prestação jurisdicional, razão de ser da existência do Poder Judiciário.

Torna-se imperioso investir, cada vez mais, em tecnologia da informação, com incremento do Parque Tecnológico do Tribunal de Justiça, objetivando, tanto quanto possível, a automação dos processos judiciais e das atividades cartorárias, inclusive utilizando robôs e inteligência artificial, tudo com vistas a atingir os compromissos e as metas da Justiça 4.0 e da Agenda 2030, previstas na Resolução nº 345, de 9 de outubro de 2020.

Também faz parte de nossos propósitos promover a ampliação do programa de cursos e seminários para o contínuo aprimoramento dos magistrados e dos servidores, principalmente por meio da Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, da qual fui recentemente seu Diretor, e que, aliás, na administração do Des. Lourival Trindade, maximizou a disseminação do conhecimento democrático, plural e transversal.

Cumprir valorizar, cada vez mais, o primeiro grau de jurisdição, em cuja instância se processa a fase decisiva de colheitas das provas, não raras vezes selando no nascedouro a sorte dos litigantes, com a prolação da sentença.

É no primeiro grau onde se dinamiza a essência aguda da vida, o contato do juiz com as partes, com as testemunhas, com os advogados, com o Ministério Público, com a Defensoria Pública e com os peritos. Sob o signo do princípio da imediatidade, o juiz se encontra, não raro, no centro de acesos contraditórios, dirimindo, em tempo real, complexos incidentes, aplicando o direito sobre o fato moldurado em provas.

O Professor Roberto Rosas reconhece que o juiz de primeira instância deve ser prestigiado em suas decisões, chegando até a invocar Mauro Capeletti, que criticava o sistema processual italiano, no menosprezo à primeira instância e à glória das Cortes Superiores.

Outro ponto importante é a implantação de mecanismos de acompanhamento, conscientização, fiscalização e cobrança das custas processuais, evitando-se, com isso, a evasão de receitas que permitiriam maiores investimentos na infraestrutura do Poder Judiciário.

Convivendo, há quatro décadas, no *'habitat'* forense - três delas como

Advogado e a última na condição de Desembargador -, não desconheço a magnitude dos seus problemas.

Espero contar, entretanto, com o inestimável apoio dos meus ilustres pares e com o respaldo dos demais membros da nova Mesa Diretora.

Somente com a valiosa cooperação de todos, poderemos alcançar o objetivo comum de melhor atender à sociedade.

Dos demais Poderes - Executivo e Legislativo -, com os quais pretendemos manter permanente diálogo, conto com sua sensibilidade para que não falem ao Judiciário os recursos indispensáveis ao atendimento das necessidades mais prementes.

No diálogo entre economia e direito, já se extrai que cabe ao Judiciário a importante função de promover a previsibilidade das decisões judiciais, assegurar os princípios da confiança e da boa fé nos negócios jurídicos, que devem, sempre que possível, ser cumpridos para atrair investimentos, com a criação e com a circulação de riquezas e conseqüente geração de empregos, contribuindo, assim, para diminuir a extrema desigualdade social e econômica existente no país.

No novo design institucional do judiciário, não cabe mais a máxima latina, *fiat justitia, pereat mundus*, “que se faça justiça, ainda que o mundo pereça”. No seu lugar, prevalece o consequencialismo jurídico, segundo o qual incumbe ao magistrado atuar de forma cautelosa, atento às conseqüências danosas, que ele pode provocar, inclusive de natureza econômica, que transcenda os interesses das partes.

Todas essas considerações são, apenas, para reafirmar a locução do juiz Edgard de MOURA BITTENCOURT, já nos idos da década de 60, segundo quem: *“o que o Estado faz pela Magistratura não entra na categoria de gastos, mas de investimento”*.

Eminentes colegas, minhas senhoras e meus senhores.

Além de lutar pela preservação das conquistas alcançadas, pretendemos continuar batalhando ao lado da AMAB e da AMB para, de forma republicana, conseguirmos **melhoria justa e merecida** para os magistrados e para os servidores, respeitando, por óbvio, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Orçamento do Tribunal e

sua disponibilidade financeira, tudo de acordo com os preceitos constitucionais e com as leis do País.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Não poderia concluir sem dirigir algumas palavras de agradecimento ao eminente Desembargador Lourival Almeida Trindade, que, hoje, se despede do cargo de Presidente deste Tribunal após dois anos de profícua e laboriosa gestão.

A despeito das intempéries surgidas ao longo da rota, S. Exa., sem se deixar abater, soube conduzir, com zelo e firmeza inexcedíveis, o leme do Poder Judiciário baiano por entre as ondas revoltas provocadas por essa trágica e triste pandemia.

Aliás, já são mais de seiscentos e vinte mil compatriotas mortos, onde ritos mortuários e de despedida foram quebrados, enlutados foram proibidos de participar de velórios e de sepultamentos.

Mas saiba que a pandemia, que já é duradoura, não tardará a alcançar o seu epílogo. E aqui vai a passagem de Dom Quixote de la Mancha, em diálogo com Sancho Pança:

“Saiba, Sancho, que um homem não é mais do que outro, se ele não fizer mais do que outro. Todas estas tempestades que nos assolam são sinais de que o tempo em breve estará calmo e as coisas vão acontecer-nos bem, porque nem o mal nem o bem podem durar, e daí decorre que, tendo o mal durado muito tempo, o bem já está próximo.”

E de logo trago uma boa nova. É que acontecerá nos dias 11 e 12 de abril próximo, na nossa cidade de Salvador, o Fórum sobre segurança e desenvolvimento humano na América Latina e Caribe, evento que contará com apoio do Tribunal de Justiça da Bahia, cuja organização está sendo levada a efeito pelo Comitê Permanente para Prevenção do Crime e para o Tratamento do Delinquente da América Latina. Participarão, nesse Fórum, 193 países membros da ONU.

Isso chama a atenção – Eminentes Desembargadores, Senhoras e Senhores – porque a ONU vai estabelecer polos de sua nova Universidade de Segurança no mundo todo, por isso nós temos de alimentar a forte esperança de que a Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social e Humano da ONU tenha uma sede na Bahia.

Essa possibilidade está nas nossas mãos e devemos lutar por ela, porque se trata de uma Universidade pioneira e diferenciada da ONU que trará benefícios econômicos, sociais e humanos para a Bahia, especialmente em relação à assistência para crianças e jovens que vivem em comunidades carentes e estão à espera de espaços com oportunidades para a construção de um futuro melhor com sólida dignidade.

Esse evento será coordenado nacionalmente pelo Des. Geder Rocha, com o apoio local da Desa. Lourdes Medauar.

Já tive oportunidade de declarar que, a essa altura da vida, não me é dado cultivar vaidades nem alimentar ilusões.

Mais do que nunca estou convencido de que o êxito da gestão de um Tribunal da magnitude do nosso depende da harmoniosa colaboração de todos - Desembargadores, Juízes, Servidores, AMAB e os Sindicatos -, notadamente dos membros da sua Mesa Diretora, em um esforço comum em benefício dos jurisdicionados, principais destinatários de nossa atuação.

Espero, portanto, poder contribuir para que se estabeleça um clima de permanente diálogo e harmonia, todos caminhando lado a lado, com os mesmos objetivos.

Se é certo que a função precípua do Poder Judiciário é dirimir conflitos para reestabelecer a paz entre os cidadãos, não menos exato é que seria um paradoxo que seu ambiente fosse contaminado por embates e conflagrações.

Da Ordem dos Advogados, do Ministério Público e da Defensoria Pública - tão distantes na forma de atuação e tão próximas no ideal de JUSTIÇA -, tenho certeza de que, sem prejuízo da crítica construtiva, leal, sincera e sempre bem-vinda, poderei contar com o inestimável apoio dessas **NOBRES INSTITUIÇÕES**.

Minhas senhoras e meus senhores.

Permitam-me, pois, já agora, que derrame toda a ternura do meu reconhecimento aos que se desvelaram pela minha formação.

Órfão da mãe Elsa aos nove meses de idade, fui afortunado com muitos pais, que contribuíram para a minha formação, os quais não estão mais no mundo terreno, mas exalto a memória como a de Alípio, pai biológico; Anísio, pai adotivo; minha irmã Nelma, a quem chamava de mãe; minha irmã Elci e meu irmão Paulo; e Aurino e Carminha, também pais adotivos. Guardo, no coração, os carinhos e os amores que me dispensaram.

Alegra-me a presença, física e virtual, neste ato solene, dos meus irmãos, Élsio, Cláudio e Simone, de minha querida nora Mikele e do meu primo-irmão, Humberto Martins, a quem sou sempre grato pelo carinho, pelo cuidado, pelos ensinamentos, pelas lições de resiliência e fé.

Também me alegra a presença dos meus queridos assessores de gabinete, que contribuíram com dedicação para que o meu acervo se reduzisse à apenas 53 processos, na data de hoje. Agradeço também aos servidores, aos terceirizados e aos estagiários muitos dos quais, em virtuoso anonimato, prestam relevantes serviços ao TJBA.

À minha terra amada, Castro Alves, antes Currálinho, da qual recebi, das professoras do curso primário da rede pública, o ensino das primeiras letras, meu eterno reconhecimento.

Às Desembargadoras Gardênia Pereira Duarte, 1ª Vice Presidente; Márcia Borges Faria, 2ª Vice Presidente; e aos Desembargadores José Edivaldo Rocha Rotondano, Corregedor-Geral; e Edmilson Jatahy Fonseca Jr, Corregedor das Comarcas do Interior, expresso-lhes sinceros votos de êxito no exercício das elevadas funções que lhe foram cometidas por este Tribunal. Juntos, com a Graça de Deus, haveremos de alcançar nossos objetivos. Não seremos um arquipélago de ilhas isoladas, e sim, um traço de união.

A todos os integrantes do Tribunal Pleno, agradeço a decisão unânime de transferir esse solene evento para o dia de hoje, o que permitiria, em condições sanitárias normais, o comparecimento do Presidente do STJ, Min. Humberto Martins, do Vice Presidente, Min. Jorge Mussi, do Min. Mauro Campbell, do Min. Roberto Rosas, de colegas Desembargadores de outros estados e outras autoridades e amigos.

Ao meu colega Pedro Guerra, ontem meu afilhado, hoje meu padrinho. Obrigado, sempre obrigado, pela sua generosidade, espírito público, em mais uma vez coordenar a equipe de transição. À Desa. Pilar Célia, minha saudação concentrada pela firmeza, pela competência e pela liderança na condução dos cuidados sanitários implementados para este evento.

É hora de concluir.

Mas, antes que o faça, permitam-me ainda agradecer, penhoradamente, às autoridades aqui presentes, física ou virtualmente, bem como aos meus amigos.

À minha mulher, SUZANE, de cujo amor nasceu o meu amado filho LUCAS, dedico-lhe o poema de e. e. Cummings:

Carrego seu coração comigo
eu o carrego no meu coração
nunca estou sem ele
onde quer que vá, você vai comigo
e o que quer que eu faça sozinho
eu faço por você
não temo meu destino
você é meu destino, minha doçura
eu não quero o mundo por mais belo que seja
porque você é meu mundo, minha verdade

eis o grande segredo que ninguém sabe.
Aqui está a raiz da raiz
o broto do broto e o céu do céu
de uma árvore chamada vida
que cresce mais que a alma pode esperar
ou a mente pode esconder
e esse é o prodígio que mantém
as estrelas a distância

eu carrego seu coração comigo
eu o carrego no meu coração

Por último, diante de tamanhas responsabilidades que passam a pesar sobre meus ombros, tomo como oração as palavras atribuídas a EPÍTETO, filósofo que viveu no Século I D.C.:

“DEUS, CONCEDEI-ME A SERENIDADE PARA ACEITAR AS COISAS QUE NÃO POSSO MUDAR, CORAGEM PARA MUDAR AQUELAS QUE POSSO, E SABEDORIA PARA RECONHECER A DIFERENÇA”.

MUITO OBRIGADO!

**DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA**